

# 1º Simpósio PORLIBRAS

Estudos Linguísticos e Culturais das Línguas: interface  
entre linguagem e sociedade.

25 e 26 de maio de 2023



## A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA SURDOS

**Adriana Edite Apolinário (UNIOESTE)**<sup>1</sup>

**Leidiane Aguiar Marcelino (UNIOESTE)**<sup>2</sup>

**Rosana Berton Tribus (UNIOESTE)**<sup>3</sup>

**João Carlos Rossi (UNIOESTE/UFGS)**<sup>4</sup>

**RESUMO:** A educação de surdos sempre foi um desafio na educação básica brasileira. Ressalta-se que muitas escolas não estão preparadas para receber, ensinar e interagir com surdos, dificultando a permanência destes sujeitos nas instituições formais de ensino. À vista disso, o objetivo geral desse estudo é o de problematizar a importância da formação continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva para surdos, com vistas à oferta de um ensino de qualidade e humanizador. A metodologia utilizada no trabalho em questão apresentou um caráter qualitativo, em que procurou-se compreender o tema em estudo por meio da visão de diversos autores, a partir de uma revisão bibliográfica, em sites, artigos, revistas e livros. Verificou-se que a formação continuada é importante para os professores desenvolverem habilidades linguísticas em Língua Brasileira de Sinais e para que possam se comunicar de maneira eficaz com os alunos. Além disso, é de suma importância o uso da tecnologia, como as TDIC's para aprimorar o processo de ensino-aprendizagem. Os resultados do estudo também mostraram que a inclusão da Libras nos currículos escolares seria de grande relevância para garantir com que as crianças e adolescentes surdos tenham acesso à educação em igualdade de condições com os demais estudantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Libras; Educação Inclusiva; Formação Continuada Docente.

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais – Libras e Literaturas Brasileira e Surda – Licenciatura. E-mail: adrianaapolinrio@outlook.com

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais – Libras e Literaturas Brasileira e Surda – Licenciatura. E-mail: leidianeaguiar039@gmail.com

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais – Libras e Literaturas Brasileira e Surda – Licenciatura. E-mail: rosanabertonrosana@gmail.com

<sup>4</sup> Doutorando em Letras, pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE Campus Cascavel. Professor do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais e Literaturas Brasileira e Surda – Licenciatura e Professor Substituto da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFGS Campus Realeza. E-mail: joacarlosrossii@hotmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o ensino de Língua Brasileira de Sinais - Libras é garantido pela Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002) e pelo Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que reconhece a língua brasileira de sinais para a comunidade surda e estabelece que o ensino de línguas inclui cursos de formação de professores, cursos intermediários e avançados e cursos de fonoaudiologia (BRASIL, 2005).

A educação de surdos tem sido tema de discussão no cenário educacional, pois a inclusão efetiva de pessoas com deficiência, nas escolas, exige grandes mudanças nos espaços físicos das escolas e no trabalho dos profissionais destas que atuam com estes alunos, especialmente os professores que necessitam de uma qualificação na área para receber alunos surdos em escolas formais.

Ressalta-se que muitas escolas não estão preparadas para receber, ensinar e interagir com surdos, dificultando a permanência desses indivíduos nas instituições formais de ensino. Segundo Gomes (2019), os principais motivos encontrados são a falta de conhecimento sobre o uso da Libras, a falta de intérpretes e professores, e o fato de os gestores não serem capacitados para lidar com tais alunos. Dessa forma, levanta-se o seguinte questionamento: como pode ser promovido o ensino de Libras, dando a devida valorização de professores e incluindo os alunos surdos na comunidade escolar?

À vista disso, o objetivo geral desse estudo é o de problematizar a importância da formação continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva para surdos, tendo como objetivos específicos: verificar como acontece o processo de formação continuada de professores, se esta formação é eficaz para a formação dos alunos, além de compreender as práticas inclusivas na educação básica e reflexão sobre a necessidade das práticas educacionais na escola contemporânea.

Esta pesquisa se justifica pelo fato de que a formação continuada de professores é fundamental para garantir uma educação inclusiva de qualidade para os estudantes surdos. Isso ocorre porque a educação inclusiva para surdos exige uma abordagem diferenciada, com o uso de recursos e estratégias pedagógicas específicas para atender às necessidades desses alunos.

A metodologia utilizada no estudo em questão apresentou um caráter qualitativo, procurou-se compreender o tema em estudo por meio da visão de diversos autores, a partir de

uma revisão bibliográfica que, segundo Martins e Theóphilo (2016), usa referências de livros, revistas, jornais, dicionários, periódicos, etc., para explicar e discutir um tópico, tema ou pesquisa, buscando informações, análises e justificativas sobre as contribuições feitas.

Quanto à abordagem qualitativa, Taquette e Borges (2021) explicam que esta é uma estratégia de pesquisa que busca compreender e descrever a complexidade e riqueza dos fenômenos sociais, culturais e humanos através da análise de dados não estruturados.

O estudo introduz o tema apresentando a contextualização da temática, o problema de pesquisa, objetivos gerais e específicos, justificativa e a metodologia adotada. A seguir, ocorre o desenvolvimento com a opinião dos respectivos autores da literatura sobre a temática, após apresenta-se os desafios da aprendizagem dos surdos, que necessitam de uma formação especialmente pensada para eles.

Para finalizar o estudo, acontece a análise interpretativa, apoiada no referencial teórico utilizado, discutindo-se os resultados da pesquisa e a que conclusão se chegou a respeito do estudo, e as fontes bibliográficas consultadas.

## **2 A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: UM OLHAR PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Ainda hoje, a inclusão escolar suscita uma discussão que caminha de forma ainda lenta na direção da construção de um processo educacional que realmente seja inclusivo aos alunos com deficiência. Quando falamos em receber alunos surdos nas salas de aula da educação regular, temos que considerar aspectos relacionados à formação do professor, pois ele tem que estar pronto para atender, compreender e ensinar este aluno.

Nessa perspectiva, Bagarollo e França (2015) afirmam que a educação de surdos vai além do debate geral sobre a educação, pela necessidade de incluir como deverá acontecer, visto que o aluno surdo não aprenderá da mesma forma que os ouvintes, assim, para a integração escolar, será preciso um trabalho diferenciado,

Apesar de poder considerar que a maioria dos professores e gestores escolares buscam uma educação de qualidade que inclua a todos os alunos, com ou sem deficiências, sem a devida preparação, no que diz respeito tanto a formação inicial quanto à formação continuada, não é possível manter esta excelência na educação.

Bueno (1999) apontou alguns aspectos necessários para a formação de professores para a educação de surdos, tais como: formação teórica sólida e adequada sobre diferentes processos e procedimentos de ensino, que envolva conhecimento e saber-fazer docente. Uma estrutura que reconhece e atua nas mais diversas diferenças, incluindo os surdos. Portanto, como conduzir a formação conforme as características, necessidades e procedimentos específicos para o trabalho com a surdez?

Este é um dos desafios para os pesquisadores ouvintes ou surdos, pessoas que se alinham com a causa dos surdos. Defende-se a necessidade de formar professores para garantir o desenvolvimento integral dos alunos com e sem deficiência e melhorar a qualidade da educação. Como aponta Cury (2005, p. 13), ao nos dizer que “[...] reconhecendo que o professor é um profissional consciente de suas responsabilidades e que busca sempre estar mais envolvido em seu trabalho, tendo como meta o desenvolvimento dos alunos”.

Portanto, enfatiza-se a importância da formação de professores e seu papel no desenvolvimento da educação inclusiva. É claro que os professores não estão sozinhos nesse processo e não vão construir uma escola inclusiva porque é trabalho e responsabilidade de todos. Assim, percebe-se a necessidade de refletir sobre questões relacionadas ao processo de formação de professores, visando garantir que o desafio da mudança seja cumprido e que todos os alunos sejam incluídos nas escolas sem discriminação e preconceito.

Nesse sentido, Lima (2013) afirma que a década de 90 foi caracterizada por uma reforma profunda no Ensino Médio brasileiro. Com a LDB n.º 9.394 de 1996, o MEC (Ministério da Educação) lançou o Programa de Reforma do Ensino Profissionalizante, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM). Esses documentos atendiam a exigência de uma integração brasileira ao movimento mundial de reforma dos sistemas de ensino, que demandavam transformações culturais, sociais e econômicas exigidas pelo processo de globalização.

Tal processo leva a citar os quatro pilares da educação conforme as Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96, sendo eles: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. Estes pilares se unem para a promoção de uma educação que prepare o indivíduo para viver em uma sociedade globalizada, onde a educação deve adquirir um caráter de formação permanente e completo (PESSOA; MACEDO, 2018).

Entretanto, nota-se na literatura que muitos docentes, ao iniciarem suas carreiras, encontram dificuldades. Essa situação se deve ao fato de que muitos professores em sua formação acadêmica acabam se deparando com vivências que não lhe foram relatadas, o perfil

profissional esperado de um licenciado parece, em muitos casos, não ser alcançado. Também é possível apontar o descaso com a formação de professores e a desvalorização da profissão dentro das próprias instituições formadoras (SILVA; OLIVEIRA, 2009).

Nesse sentido, percebe-se a necessidade dos professores em aprimorar seus conhecimentos. Do ponto de vista de Tardif (2000), os saberes docentes são obtidos e construídos em um processo contínuo de aprendizagem, em que o professor aprende de forma progressiva e, com isso, se insere e domina seu ambiente de trabalho.

Assim, além da formação, o professor aprende com a prática, mas até chegar neste ponto em que já é possível atuar de forma mais assertiva com os alunos, pode levar muito tempo até adquirir esta experiência. Com base nisso, considera-se, que o docente, em sua trajetória, constrói e reconstrói seus conhecimentos, tendo em vista sua necessidade de utilização, suas experiências, seus percursos formativos e profissionais (NUNES, 2001).

Essa formação continuada pode ocorrer mediante várias formas: programas de extensão, grupos de estudo nas universidades com espaços abertos ao professor da educação básica, pesquisas, palestras com professores já atuantes e com maior conhecimento do real trabalho com alunos surdos, entre outras, de forma que o professor do Ensino Médio não seja apenas objeto de investigação, mas sujeito ativo no encaminhamento das discussões e na proposição dos temas das mesmas (ECHEVERRÍA et al., 2007).

A formação continuada docente é de extrema importância porque permite que os professores aprimorem constantemente suas habilidades pedagógicas, sua didática e seu conhecimento sobre as disciplinas que ensinam. Além disso, é fundamental para poderem se atualizar sobre as novas tecnologias, metodologias e tendências educacionais (CARVALHO; GIL-PÉREZ, 2011). Dessa forma, a formação continuada contribui sobremaneira para o desenvolvimento do conhecimento profissional dos professores, sendo um dos objetivos fomentar a capacidade de reflexão sobre a própria prática docente, elevando-a à condição de consciência coletiva (MARIANI; SEPEL, 2019).

Cabe destacar que a formação de grande parte dos professores é um grave problema que se reflete em sala de aula, pois estes educadores, em sua maioria, não apresentam os conhecimentos e habilidades necessárias sobre os conteúdos a serem ministrados. Resultados negativos mostram muito mais do que a formação de uma geração de professores e estudantes: evidenciam o pouco valor dado ao conhecimento científico e a ignorância em que se encontra a esmagadora maioria da população (HUNGER; ROSSI, 2021).

Esse processo qualificação contínua dos educadores se torna mais necessário, para prepará-los para atender as demandas da educação básica na sociedade atual, buscando promover a inclusão de pessoas surdas no âmbito escolar. A esse respeito, Sá (2011), afirma que existem várias demandas contemporâneas nos processos educativos com vistas à educação inclusiva, dentre elas está a acessibilidade, atendendo a todos os alunos em suas necessidades.

Isso inclui acessibilidade física, com rampas, elevadores, banheiros adaptados, entre outros, além de recursos tecnológicos que possam auxiliar os alunos com deficiência visual, auditiva ou motora. Deve-se adaptar o currículo para que seja realmente inclusivo e assim possa atender as demandas dos alunos com deficiências, isso inclui a utilização de materiais e metodologias diversificadas e flexíveis, que levem em consideração a realidade de cada aluno (SÁ, 2011).

## 2.2 A FORMAÇÃO CONTINUADA COM VISTAS À INCLUSÃO: ÀS NOVAS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

Para ampliação da educação inclusiva, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em seu documento lançado em 2018, dentre dez competências almeçadas, focou na adaptação da educação inclusiva, especialmente para alunos surdos, no que diz respeito às tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC's), visto que os meios tecnológicos estão cada vez mais presentes em sala de aula e o acesso de todos os estudantes à estas tecnologias é fundamental (GONÇALVES, 2021).

Além de que o acesso à educação é um direito de todo indivíduo garantido pelo artigo 1º da Constituição Federal de 1988. Já, no artigo 205 tem-se que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade para o pleno desenvolvimento do homem, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação pelo trabalho. (BRASIL, 1988, s/p.)

No entanto, mesmo com garantias legais, a permanência de surdos em ambientes escolares ainda é insatisfatória. O desafio começa com a falta de professores que entendam a singularidade dos alunos surdos. Na Lei 9.394/96 – LDBEN, em seu art. 59, o item III, refere-se a “professores de nível médio ou superior com conhecimentos sólidos para prestar

atendimento especializado, bem como professores de escola regular capacitados para integrar essas especificidades da linguagem” (BRASIL, 1996, s/p.).

Os surdos baseiam sua formação social na experiência visual-motora, portanto, participam melhor utilizando a Libras e utilizando as Tecnologias da Informação e Comunicação – TDIC’s, que valorizam o domínio semiótico, respeitando assim as características de seu motor visual (QUADROS, 2008). As escolas devem cumprir o Regulamento da Base Nacional Comum Curricular, a BNCC, que leva suas habilidades e competências textuais para diferentes áreas educacionais e séries.

O documento enfatiza a capacidade de utilizar a tecnologia para facilitar uma educação mais reflexiva e crítica, conforme evidenciado no artigo 205 da Constituição Federal (1988) sobre o desenvolvimento integral do aluno, incluindo também o aluno surdo. Contudo, nota-se que muitos professores encontram dificuldades em adotar novos meios tecnológicos ao planejar e desenvolver suas aulas (VASCONCELOS; SANTOS, 2014). Rocha e Vieira (2021) identificam inúmeros aspectos que dificultam a inserção de instrumentos digitais e recursos tecnológicos, além de reforçarem a importância da formação continuada de professores.

Quanto aos desafios do uso do TDIC’s, o primeiro é a estrutura física instável que nem sempre oferece a estes alunos as oportunidades educacionais necessárias, interrompendo muitas vezes o uso durante sua utilização e assim, desmotivando os alunos; outro desafio diz respeito à necessidade de treinamento por parte dos professores para poder utilizar esta tecnologia de forma eficaz com os alunos, e, ainda mais importante no caso dos surdos, conseguir incluí-los nas atividades, pois na maioria das vezes os professores até sabem manusear dispositivos eletrônicos, porém, no uso pessoal e não pedagógico, e além disso, os alunos surdos possuem adaptações educacionais específicas que vão além do visual e incluem a língua de sinais (GONÇALVES, 2021).

Os professores devem considerar a singularidade do surdo em atividades que valorizem sua cultura, identidade e língua, sendo que por meio do TDIC’s esses desafios podem ser amenizados, a partir do uso de *softwares* em Libras, materiais e técnicas que permitam sua inclusão e participação de forma plena. Também é importante respeitar sua cultura, recursos humanos e uso de tecnologia em conjunto com outras ferramentas de aprendizagem (GONÇALVES, 2021).

Além das novas tecnologias de informação, os alunos, ouvintes e surdos, com o uso da tecnologia em geral, computadores, internet, jogos, redes sociais, que embora sejam usadas na maioria das vezes de forma recreativa, ajudam na comunicação e para os surdos, pode

aproximar da Língua Portuguesa, por exemplo, quando participam de conversas nas redes sociais.

Nas escolas que utilizam a informatização educacional, o uso de *software* educacional tem um efeito positivo na compreensão do conteúdo escolar e no auxílio aos alunos, principalmente, àqueles com laudo. Em uma pesquisa feita por Rocha, Lima e Queiroz (2018) foi focada tecnologias utilizadas na educação de surdos por meio da análise de um *framework* adaptativo resultado de um estudo sistemático de *softwares* para surdos.

Nota-se, a partir da análise dos resultados da pesquisa dos autores, a existência de recursos tecnológicos interessantes e que podem contribuir positivamente para o desenvolvimento de aulas inclusivas. Quanto ao uso desses *softwares*, Gonçalves (2021) revela que alguns são utilizados para melhorar o ensino e aprendizagem, tradução/interpretação, ensino de símbolos específicos de algumas disciplinas como física, tradução de vídeos de conteúdos específicos, podem complementar o entendimento diário desses alunos, principalmente se os recursos humanos não forem possíveis, como um profissional tradutor/intérprete de Libras

Assim surgiu, nos Estados Unidos, o conceito *Universal Designer Learning* (UDL), convertido, no Brasil, para Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), que busca desenvolver planos estratégicos, pedagógicos e práticos que envolvam todos na sala de aula e promovam a aprendizagem com alunos com necessidades educacionais especiais mais engajados, buscando fornecer aos professores programas mais ricos, diversificados para promoção do uso das TDIC's (GONÇALVES, 2021).

Além das tecnologias de vídeo e impressa, outra oportunidade de recurso de educação para surdos identificada no estudo de Galindo Neto (2019) são as ações realizadas por meio de computadores, sites e cursos *online*. Estas opções usam a educação a distância como método de ensino e têm se mostrado eficazes na promoção de um aprendizado ativamente engajado por meio de cenários interativos e da capacidade de conectar conhecimento prévio com novas informações. Segundo os autores, as tecnologias baseadas em computador para ensino à distância apresentam desafios na criação de conteúdo que continue atraente para os alunos. Dessa forma, permitem o uso simultâneo de diversos recursos educacionais, como vídeos, imagens, textos, animações, peças teatrais.

Outro método tecnológico, mencionado por Varela e Rausch (2018), envolve a utilização de aplicativos com avatares 3D, que oferecem uma aprendizagem mais interessante para os alunos surdos, com uma variedade de opções para a comunicação entre o sistema e o

indivíduo, seja por meio da digitalização de textos, gravações de áudios, que podem traduzir todo o conteúdo em língua de sinais.

Contudo, há a necessidade de o professor estar preparado para essa realidade. Como dito anteriormente, as tecnologias estão cada vez mais presentes em sala de aula, o processo de inclusão ainda em desenvolvimento nas escolas também está superando barreiras ao longo dos anos, dessa forma, a escola também está se aprimorando, sendo este um tema muito relevante na educação e, principalmente, aos professores que devem estar preparados para lidar com as mudanças (OLIVEIRA et al., 2012)

Isso é de fundamental importância, pois, entende-se que a inclusão é um direito assegurado por lei, e é dever da escola garantir que todos os alunos tenham acesso à educação, independentemente de suas diferenças e limitações. Nesse sentido, é essencial que os professores estejam preparados para trabalhar com a diversidade e promover a inclusão na sala de aula (OLIVEIRA et al., 2012), pois compreende-se que os docentes, para lidar com as especificidades da linguagem e da cultura surda, estejam preparados para oferecer uma educação de qualidade e inclusiva para estes alunos.

A inclusão não é apenas uma questão de direitos, mas também de qualidade do ensino. Quando os professores estão preparados para trabalhar com a diversidade, conseguem criar estratégias de ensino mais eficientes, que atendem às necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência (MONTEIRO, 2011). Quando os professores promovem a inclusão na sala de aula estão preparando os alunos para conviver com a diversidade e respeitar as diferenças ao longo de suas vidas. Portanto, é fundamental que os docentes estejam preparados para enfrentar as mudanças educacionais na perspectiva da educação inclusiva.

### **3 DESAFIOS DO ENSINO: A SURDEZ NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Segundo Strobel (2009), pesquisadora surda na área de educação de surdos, as crianças surdas têm se deparado com o desafio de aprender uma língua que não lhe faz sentido, já que não entendem o português, que também não é sua língua materna, mas sua segunda língua. Quando os alunos surdos reprovam, ficam frustrados, o que acaba levando ao seu isolamento, levando a sociedade a acreditar que eles não conseguem se desenvolver intelectual e profissionalmente devido a deficiência na comunicação.

Freire (2016) corrobora com esse ponto, ao considerar o direito à educação dessa minoria e a formação de professores, profissionais de Línguas que entendam as necessidades educacionais especiais e culturais dos surdos.

Nesse sentido, o ensino de português para surdos deve ser cuidadosamente pensado e planejado, respeitando suas dificuldades, que têm sido marginalizadas por acreditarem que não podem aprender. Nesse sentido, Freire (2016) reitera:

Aprender o português como primeira ou segunda língua é direito de todo cidadão brasileiro, enquanto o ensino dessa língua é responsabilidade do Estado. Em caso de insucesso, novas propostas devem ser feitas com base nas reais necessidades dos aprendizes surdos, para quem a primeira língua é a língua de sinais e o português é uma segunda língua com função social definida. O ensino de português será entendido como o ensino da língua instrumental voltado para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita dos aprendizes (FREIRE, 2016, p. 21).

À vista disso, os atuais esforços da comunidade surda para garantir a efetivação de seu direito à educação têm alcançado diversos êxitos, entre eles o reconhecimento do direito de se comunicar e se expressar por meio de sua língua natural, a Libras, por meio da Lei n.º 10.436/2002.

Segundo Quadros (2008), a língua de sinais se apresenta de forma diferente das línguas faladas por ser viso espacial. A interação dessa língua não se estabelece por meio de canais orais-auditivos, mas por meio da visão e do uso de espaços sígnicos. Essa diferença de modalidade determina um mecanismo sintático diferente da linguagem falada. A língua de sinais é um sistema linguístico independente do sistema linguístico falado, são línguas naturais que se desenvolvem no ambiente em que vive a comunidade surda.

Hoje, porém, sabe-se que a pessoa surda - como qualquer cidadão - está garantida na Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, regida pelo Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005. O decreto, em seu art. 22. Garante medidas de acessibilidade em locais públicos ou relacionados ao poder público:

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

§ 2º Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação (BRASIL, 2005).

No entanto, ainda há muito trabalho a ser feito em termos de formação de professores, pois muitos profissionais chegam à sala de aula sem habilidades na área de Libras e não sabem como dialogar com os alunos surdos, tendo assim, que enfrentar novas realidades e culturas, para as quais precisam não só de exposição e aprendizado, mas também de reconhecer a importância e o papel da Libras na vida dos surdos (QUADROS, 2008), (STROBEL, 2009).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pode-se considerar que por meio de uma revisão detalhada da literatura, com a opinião de diversos autores, os objetivos desta pesquisa foram analisados e correspondidos. Foi possível constatar que a formação continuada é importante para os professores desenvolverem habilidades linguísticas em Libras e possam se comunicar com os surdos, o que é fundamental para o processo de ensino-aprendizagem.

Outro aspecto importante da formação continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva para surdos é no aprendizado e atualização sobre tecnologias assistivas, como *softwares* de reconhecimento de voz e aplicativos para tradução de texto para Libras. Essas tecnologias podem ser usadas para apoiar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos e promover a inclusão digital.

A formação continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva para surdos é fundamental para que esses profissionais possam desenvolver as habilidades e conhecimentos necessários para atender às demandas dos alunos surdos em sala de aula, garantindo assim uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

Nesse sentido, entende-se que a inclusão da Libras nos currículos escolares é importante para garantir que os alunos surdos tenham acesso à educação em igualdade de condições com os demais alunos. Além disso, a formação de professores para o ensino de Libras é fundamental, uma vez que busca garantir que esses profissionais possam se comunicar de forma efetiva,

utilizando a Libras com seus alunos surdos e desenvolvendo estratégias pedagógicas que atendam às necessidades de seu alunado.

Por fim, a promoção de políticas públicas que garantam a inclusão das pessoas surdas na sociedade é importante para garantir que essas pessoas tenham acesso a serviços públicos e possam participar plenamente da vida social, cultural e política do País. Isso inclui a garantia de acessibilidade em locais públicos, a promoção de campanhas de conscientização sobre surdez e a oferta de serviços de saúde e educação em Libras.

## REFERÊNCIAS

BAGAROLLO, M. F.; FRANÇA, D. M. V. R. (orgs.). **Surdez, escola e sociedade**: reflexões sobre fonoaudiologia e educação. Rio de Janeiro: Wak, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988, Seção 1, p. 1-32. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL, Ministério da Educação, (1997). **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 18 de jan de 2023.

BRASIL. **Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF, mar 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm)>.

BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 3, n. 5, 1999.

CARVALHO, A. M. P.; GIL-PÉREZ, D. **Formação de professores de ciências**: tendências e inovações. 10 edição. São Paulo: Cortez, 2011.

CURY, C.R.J. **Os fora de série na escola**. Campinas: Autores Associados, 2005

ECHEVERRÍA, Augustina Rosa et al. **Um núcleo de pesquisa em ensino de ciências (NUPEC) e a mudança nos parâmetros da formação inicial e continuada de professores.** In: ZANON, L. B.; MALDANER, O. A. (Org.). Fundamentos e propostas de ensino de química para a educação básica no Brasil. Ijuí: Unijuí, 2007.

FREIRE, Alice Maria da Fonseca. Aquisição do português como segunda língua: uma proposta de currículo para o Instituto Nacional de Educação de Surdos. IN: SKLIAR, Carlos. (Org). **Atualidades da Educação Bilíngues para surdo:** Interface entre pedagogia e linguística. 6ª Ed. Porto, Mediação, 2016.

GALINDO NETO, Nelson Miguel et al. Tecnologias para educação em saúde de surdos: revisão integrativa. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 28, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/jCWwY3b8NDgGCGWwNBw8F4F/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 06 mar. 2023.

GOMES, Eduardo Andrade. **Video-aula em libras:** contribuições da multimodalidade para a construção do discurso verbo-visual. 2019. Disponível em: <<http://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/506>>. Acesso em: 18 de jan de 2023.

GONÇALVES, Maria Célia da Silva; JESUS, Bruna Guzman. Educação Contemporânea - Volume 08 – **Educação Inclusiva** / Organização. Belo Horizonte – MG: Poisson, 2021.

HUNGER, Dagmar Aparecida Cynthia França; ROSSI, Fernanda. **A formação continuada de professores:** entre o real e o 'ideal'. Pensar a prática, p. 915-932, 2012.

LIMA, José Ossian Gadelha de. **Do período colonial aos nossos dias: uma** breve história do Ensino de Química no Brasil. **Revista espaço acadêmico**, v. 12, n. 140, p. 71-79, 2013.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARIANI, Vanessa de Cassia Pistóia; SEPEL, Lenira Maria Nunes. Análise de um programa de formação continuada com ênfase na BNCC: avaliação e participação docente. Universidade Federal da Paraíba. **Revista Temas em Educação**, v. 28, n. 3, 2019.

MONTEIRO, Susana Maria da Silva et al. **A atitude dos professores como meio de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais.** 2011. Dissertação de Mestrado.

NUNES, Célia Maria Fernandes. Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 22, p. 27-42, 2001.

OLIVEIRA, Elizângela de Souza et al. **Inclusão social: professores** preparados ou não? **Polêmica**, v. 11, n. 2, p. 314-323, 2012.

PESSOA, Patrícia dos Santos.; MACEDO, Elida Pereira. Prática docente e Políticas Educacionais no Ensino Superior e os quatro pilares da Educação. **Revista de Educação ANEC**, Brasília, n. 157, p. 108-119, 2018.

QUADROS. Ronice Miiller de. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem**. Porto alegre, Artime, 2008.

ROCHA, Gilda Fernandes Silva; VIEIRA, Márcio de Freitas. Educação inclusiva em tempos de pandemia: Assistência aos estudantes da educação especial por meio da educação remota. **Dialogia**, n. 39, p.1-17, 2021.

ROCHA, Paul Symon Ribeiro; LIMA, Rommel Wladimir de; QUEIROZ, Paulo Gabriel G. Tecnologias para o Ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): uma revisão sistemática da literatura. **Revista Brasileira de Informática na Educação – Rbie**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 42-60, 19 set. 2018.

SÁ, Nídia de. **Escolas e Classes de Surdos: opção político-pedagógica legítima**. IN: SÁ, Nídia de (org). **Surdos: qual escola?** Manaus: Editora Valer e Edua, 2011. p. 17- 62.

SILVA, Camila Silveira da; OLIVEIRA, Luiz Antonio Andrade de. **Formação inicial de professores de química: formação específica e pedagógica**. In: NARDI, Roberto (Org). **Ensino de Ciências e Matemática I: temas sobre a formação de professores**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p.43-57. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/g5q2h/pdf/nardi-9788579830044.pdf#page=45>.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

TAQUETTE, Stella R.; BORGES, Luciana. **Pesquisa qualitativa para todos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 13. Ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2012.

VARELA, Aline Martins; RAUSCH, Rita Rausch. Tecnologia na educação superior: Estratégias pedagógicas bem-sucedidas para estudantes surdos. **Revista Intersaberes**, v. 13, n. 28, p. 139-153, 2018.

VASCONCELOS, Carlos Alberto; SANTOS, Josiane Cordeiro de Sousa. Contribuições das Tecnologias da Informação e Comunicação à prática dos professores de Matemática. **Com a Palavra o Professor**, Vitória da Conquista (BA), v. 6, n.16, p.205-228, 2021.